

A ANÁLISE GEOGRÁFICA DA REFORMA AGRÁRIA

Larissa Mies Bombardi¹

*... Se não tivesse abrido a
Reforma aqui, isso aqui agora
era tudo pasto, porque aqui tudo
era fazenda de café ...*

(D. Yolanda D' Alacqua – Bairro Reforma
Agrária)

O tema central desta reflexão é a abordagem de um estudo de caso sobre a Reforma Agrária no Estado de São Paulo, no início da década de 60. Trata-se do estudo do Núcleo Agrário Capivari, hoje Bairro Reforma Agrária, na divisa dos municípios Valinhos-SP e Campinas-SP (Brasil).

O estudo deste caso de Reforma Agrária, talvez o primeiro do país, que conta com quarenta anos, adquire uma importância no momento atual em função da enorme concentração fundiária que marca o território brasileiro e da expansão dos movimentos sociais no campo, sobretudo nas últimas duas décadas.²

Estes movimentos camponeses têm reivindicado sistematicamente a reforma agrária. Entretanto, há uma enorme resistência, não só política, como também intelectual, face à realização da mesma.

Este trabalho tem dois objetivos, o primeiro deles é fazer uma reflexão sobre uma abordagem propriamente geográfica da reforma agrária e, o segundo, é apresentar ao leitor, de forma breve, um pouco do resultado deste caso.

¹ Mestre e doutoranda em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH-USP.
Endereço: Rua Serra do Paracaima, 11. Osasco, São Paulo – 06278-100. Brasil.

² De acordo com SIMONETTI (1999, p.61): “O Golpe Militar de 64 relegou os movimentos populares à clandestinidade, especialmente o movimento camponês, que marcou presença no cenário político nacional da década de 50 e 60. A atuação, principalmente das Ligas Camponesas, foi duramente reprimida durante a ditadura militar. No final da década de 70, estes movimentos sociais ressurgiram com mais intensidade no cenário político brasileiro, com novas características, principalmente a partir do processo de abertura política, em princípios da década de 80”.

A reforma agrária tem sido abordada por boa parte das áreas do conhecimento, entretanto, a geografia, tendo em vista sua particularidade, traz uma contribuição muito especial, diversa daquela oferecida pelas outras ciências humanas, no caminho de entendimento deste processo.

É necessário que estabeleçamos o que há de singular na abordagem geográfica da realidade, ou seja, em que o caminho teórico oferecido pela geografia contribui para o avanço da compreensão de processos sociais como é o caso da reforma agrária. Neste sentido creio que o conceito de território se faz indispensável.

A fala da epígrafe, colhida em trabalho de campo, é reveladora do significado social da reforma agrária, mas, além disso, nos indica o caminho do significado da alteração territorial que se processa quando estamos diante de um assentamento.

Assim, neste momento da história em que aparentemente o desenvolvimento das relações sociais caminha no sentido da mundialização, em que as diversidades tenderiam a homogeneizar-se, estudar o campo e, sobretudo, o campesinato, pode soar como um contra-senso. Entretanto, a despeito das análises teóricas que do mundo têm sido feitas, a realidade - os movimentos sociais – indica(m) uma outra possibilidade de caminho que choca aqueles que enxergam o desenrolar da história de maneira linear.

Se, como geógrafos, entendermos território como fruto do tripé espaço, tempo e relações sociais e termos no território nosso eixo central de análise, perceberemos que ele está ganhando uma configuração que nada tem de linear, como a história, as relações sociais e o espaço também não o são:

a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo...

Pode-se perguntar se a territorialidade não estaria em condições de favorecer um sistema de análise ternária que romperia com a tradição do sistema bipolar clássico, homem-meio... (Raffestin, 1993, p.160-3).

Desta forma, estudar a reforma agrária sob uma abordagem geográfica significa realizar uma análise centrada no tipo de transformação territorial que ela produz.

Ao trabalharmos com a concepção de que o território é forjado a partir das relações sociais estabelecidas em um dado espaço ao longo do tempo significa que na atualidade ele é a materialização do modo capitalista de produção. Entretanto, o capitalismo é um modo de produção contraditório: ele não só permite e possibilita, como também necessita de relações não capitalistas para que continue se reproduzindo.

Nesse sentido, o campesinato é entendido como uma classe social de dentro do capitalismo, que se reproduz no interior desse modo de produção, segundo José de Souza Martins (1981, p.16):

Aqui... o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu...

O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão... É um campesinato que tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário. O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país...

Assim, o campesinato e, portanto, os movimentos sociais no campo, marcam o território por meio de uma relação não-capitalista (inserida contraditoriamente no capitalismo). Ele se territorializa através de uma relação que não está baseada na exploração de outrem e, ao contrário do que se tem afirmado, os camponeses não têm desaparecido; pelo contrário, no Brasil, nos últimos anos, seu número aumentou consideravelmente³.

³ Segundo Oliveira (1991, p.91, 92, 93 e 95): "A observação atenta dos dados... mostra que em termos gerais o total do pessoal ocupado que era de 15,5 milhões (1970) passou para 23,5 milhões (1985). Naqueles estabelecimentos com menos de 100ha, por sua vez, esse total passou de 14,5 milhões para 18,7 milhões. Nesses dados totalizados, podemos verificar que o trabalho familiar é dominante, pois representava 12,8 milhões em 1970 e passou para 16

Neste sentido, podemos compreender que *um assentamento em que os camponeses vêm a ocupar e trabalhar a terra acaba por tornar-se uma fração do território diversa daquela produzida pelas relações capitalistas*. É o caso do Bairro Reforma Agrária, que é aqui tomado como base para o desenvolvimento desta reflexão.

O Bairro em questão surgiu como consequência da Lei de Revisão Agrária, sancionada pelo Governo do Estado de São Paulo em 1960, segundo a qual terras públicas ou privadas que estivessem improdutivas seriam adquiridas pelo Estado para fins de Reforma Agrária.

Este foi o caso da Fazenda Capivari, em Campinas, uma fazenda decadente de café que teve cerca de metade de sua área desapropriada para essa finalidade, dando então origem a um assentamento ao qual o Estado nomeou Núcleo Agrário Capivari.

Essa porção da fazenda foi dividida em 72 lotes que foram adquiridos principalmente por famílias camponesas que trabalhavam em forma de parceria nas fazendas decadentes de café da região, mas também por famílias de sítiantes cujas terras tornavam-se exíguas para a reprodução da família camponesa, oriundas das cidades do eixo Jundiaí-Campinas.

Ao irem para seus lotes, as famílias passaram a imprimir em suas terras o trabalho camponês baseado na autonomia do tempo e do espaço que lhes é própria⁴, forjando, desta forma, uma unidade territorial muito diversa daquela determinada pelas relações capitalistas.

A hipótese central aqui discutida é a de que os camponeses do Bairro Reforma Agrária têm construído uma unidade territorial - diferente do território apropriado

milhões em 1985... O contingente de trabalho familiar na década de 70 e metade da década de 80 registrou um aumento de cerca de 2,2 milhões de trabalhadores em relação ao contingente de trabalhadores assalariados nas classes de área abaixo de 100 ha, entre os camponeses portanto... Assim, a realidade geral expressa pelos dados demonstra, de forma inequívoca, a supremacia numérica do trabalho familiar sobre o trabalho assalariado total, ficando a primeira forma com 80,2% em 1970 e 75,2% em 1985, e a segunda com 15,0% em 1970 e 21,4% em 1985...".

⁴“Produzir o seu próprio espaço significa necessariamente possuir um determinado controle sobre o seu tempo, pois o espaço e o tempo são as formas fundamentais, as condições básicas da existência humana” (FERNANDES, 1996, p.23).

de forma tipicamente capitalista - ao longo dos quase quarenta anos desde que foram assentados, que, por sua especificidade - resultado da inter-relação do trabalho camponês, das características do meio natural e das heranças étnico/culturais - origina uma fração camponesa no território capitalista, diríamos, mais justa, do ponto de vista social, que se diferencia do entorno e de boa parte do meio rural paulista.

Esta unidade territorial, resultado da inter-relação entre as famílias camponesas, se configura, no campo brasileiro, como um Bairro Rural. Assim, o assentamento, ao qual o Estado chamou de Núcleo Agrário Capivari, a partir da estreita relação estabelecida entre seus sitiantes (camponeses) acabou por tornar-se um bairro rural: o Bairro Reforma Agrária.

Percebe-se que a construção desta reflexão está assentada na interpretação das transformações territoriais provocadas pelo processo de reforma agrária. O território é aqui entendido como o conceito central na análise geográfica.

A transformação de uma fazenda de café em uma unidade territorial camponesa (bairro rural) é um processo longo, forjado através do trabalho camponês e das relações estabelecidas entre estas famílias.

Para a compreensão deste processo o trabalho de campo é de fundamental importância, impossível seria abarcar a construção desta nova fração do território sem este procedimento.

A realização do trabalho de campo possibilita reconstituir a trajetória das famílias anteriormente à aquisição da terra e nos primeiros anos após tê-las adquirido. O resgate da trajetória das famílias é indispensável para o entendimento dos elementos responsáveis pela transformação do assentamento em um bairro rural.

A partir do momento em que as famílias chegaram em suas terras, passaram a imprimir nelas todo o arcabouço de conhecimentos e de experiências dos quais eram portadoras; entretanto, por meio do estreito contato que mantiveram entre si,

passaram a formar uma tal rede de troca de informações que suas unidades familiares (sítios) passaram a espelhar essa relação, no sentido de que as famílias foram adotando os mesmos cultivos. O assentamento deixou de sê-lo e tornou-se um bairro rural, uma unidade territorial específica, criada a partir do vínculo entre as famílias camponesas.

A técnica da história oral apresenta-se como um recurso extremamente valioso também para os geógrafos, no sentido de que possibilita fazer uma reconstituição da formação de um dado território, ou seja, permite captar a transformação do território e o longo processo de constituição-construção de cada unidade territorial. As falas de meus interlocutores foram de fundamental importância para o entendimento da formação do Bairro Reforma Agrária como uma unidade territorial. As falas são reveladoras das relações interpessoais, do modo de enxergar o mundo e da forma como as relações sociais se estabelecem. É sempre significativa a escolha das palavras que cada um faz ao se comunicar, ainda que espontaneamente, as palavras são sempre reveladoras de nosso modo de enxergar o mundo e da nossa própria experiência. As falas vão revelando a importância dada a alguns momentos vividos, a acontecimentos específicos, ao modo como cada um foi construindo seu sítio e, todos juntos, uma unidade territorial, que é o Bairro Reforma Agrária.

O uso da transcrição das falas é um recurso que permite revelar a construção da unidade territorial em seu movimento, ou seja, permite uma análise não-estranque desse processo. A beleza e complexidade da experiência dessas famílias pode ser captada em sua totalidade.

O bairro rural é, desta forma, um espelho da relação estabelecida entre as diferentes unidades camponesas (sítios) e, ao mesmo tempo, está refletido em cada uma destas unidades.

Neste sentido, percebe-se que para abarcar toda a complexidade presente no processo de constituição de uma unidade territorial, o trabalho de campo e a coleta de

depoimentos são imprescindíveis. *Certamente seria impossível enxergar o plasmar do tempo e do espaço por meio das relações sociais sem essas duas ferramentas.*

Isto significa afirmar que uma análise geográfica da reforma agrária, tendo por seu eixo central a compreensão da alteração territorial por ela produzida, tem como pressuposto o trabalho de campo e a interpretação dos depoimentos dos sujeitos diretamente envolvidos neste processo.

Podemos agora adentrar no segundo objetivo deste trabalho que é oferecer um panorama, ainda que muito geral, daquilo que poderíamos chamar de os “resultados” que alcançou este caso de reforma agrária.

Parto da hipótese de que fatores relacionados à renda da terra e ao modo de vida camponês são essenciais na explicação da trajetória positiva de um projeto de reforma agrária, contrariando uma visão corrente de que esta tem possibilidade de ser efetiva apenas em locais distantes dos grandes centros.

Retomemos a epígrafe que abre esta reflexão: ela revela a importância da reforma agrária no sentido da transformação de um território capitalista em uma fração de território cunhada pelo trabalho camponês.

Há nessa fala a revelação da total consciência do significado da reforma agrária: se não tivesse sido realizada, essas terras estariam ocupadas por pastos em detrimento das inúmeras famílias que nelas vivem.

Ao dizer que *“se não tivesse abrido a Reforma isso aqui era tudo pasto, porque aqui tudo era fazenda de café”* a fala da sitiante está revelando que o que hoje é um bairro rural seria uma parte da fazenda ocupada por pasto, como as demais fazendas de café (do entorno) se apresentam atualmente. Ou seja, não teria se constituído uma fração diversa do território: uma unidade territorial camponesa.

A expressão *“abrir a Reforma”* é muito significativa, a utilização do verbo “abrir” indica a importância que teve na vida desses camponeses a realização dessa

reforma agrária, pois ao ter sido aberta a Reforma, abriu-se também a possibilidade de viver com dignidade, como me foi mostrado inúmeras vezes na realização do trabalho de campo.

Este caso de Reforma Agrária, que conta com praticamente 40 anos, é de suma importância no sentido da riqueza de experiência acumulada que tem, o que possibilita que seja um exemplo para os assentamentos que estão sendo realizados na atualidade, não no sentido de ser “exemplar”, mas de oferecer elementos importantes para a reflexão a respeito dos inúmeros problemas, comuns aos diversos grupos camponeses, que se apresentam quando do estabelecimento de um assentamento.

A permanência das famílias camponesas na terra depende de uma série de fatores, entre eles, principalmente a estrutura familiar (longamente trabalhada por autores como por exemplo Shanin e Chayanov, entre outros) e a relação dessas famílias com o mercado.

Esses dois fatores associados foram responsáveis pela continuidade ou não continuidade das famílias em suas terras (evidentemente considerando que o preço pago por essas terras era extremamente oneroso para tais famílias)⁵.

Foi possível perceber que aquelas famílias que desenvolveram cultivos que possibilitavam auferir uma renda maior da terra tiveram maior facilidade de estabelecerem-se em suas terras nos primeiros anos, marcados pela necessidade de arcar com as prestações da propriedade.

Conforme os laços de vizinhança foram se estabelecendo entre as famílias, constituindo-se o que mais tarde veio a tornar-se bairro rural, os sítios foram sendo cultivados com aqueles produtos que possibilitavam extrair uma renda maior da terra. As famílias camponesas ensinavam umas às outras as técnicas que utilizavam nestes cultivos.

⁵ Para maior detalhes com relação a esta discussão ver: Bombardi, 2001.

Os primeiros cultivos inseridos nos sítios eram aqueles dos quais as famílias possuíam o conhecimento acumulado. Se na década de 60 em apenas cinco sítios eram cultivadas frutas (que possibilitavam um maior auferimento da renda da terra, em oposição aos legumes cultivados em praticamente o restante dos sítios), este quadro foi se alterando durante a década de 70, e, desde a década de 80 está configurado um bairro rural produtor de frutas.

Assim, os camponeses foram procurando encontrar alternativas de se relacionarem com o mercado de tal forma que a renda da terra fosse o mínimo possível apropriada pelo capital.

Entre as alternativas encontradas estão: o cultivo de frutas que propiciem auferir renda de monopólio; realizar a poda de algumas espécies de tal forma que a colheita seja feita em uma época pouco usual, o que também determina a obtenção da renda de monopólio; procurar cultivar espécies que demandam pouco investimento de recursos em insumos, o que determina uma menor apropriação de parte da renda da terra camponesa pelo capital industrial; procurar comercializar a própria mercadoria, o que evita que a renda seja apropriada pelo capital comercial, entre outros exemplos colhidos ao longo da pesquisa⁶. Ou seja, a maleabilidade que o camponês tem para lidar com a sua terra permite que encontre saídas para a subjugação de sua renda ao capital.

Creio que os exemplos trazidos pelos camponeses do Bairro Reforma Agrária são extremamente valiosos para os assentamentos que hoje têm sido realizados, no sentido de revelar as possibilidades que pode ter a família camponesa em sua terra ao lidar com o mercado, e também ao mostrar as soluções encontradas nos momentos de crise em que a propriedade não foi uma “camisa de força” (como em geral quer o Estado quando da realização de assentamentos), ou seja, por vezes um membro da família saiu do sítio camponês por um período e se assalariou, justamente para fortalecê-lo em uma

⁶ Bombardi, 2001.

situação adversa. Historicamente esta é uma solução encontrada pelas famílias camponesas nos momentos de crise, muitas vezes provocados por uma intempérie da natureza; tendo sido superada a crise, o membro volta a compor o trabalho do sítio.

Dessa forma, o Bairro Reforma Agrária e o modo como ele continua se reproduzindo significa algo que, no nível da aparência, seria interpretado como resquício do passado, em vias de desaparecer. Mas contrariando a tendência linear de entendimento dos processos sociais, o Bairro continua sendo fruto do trabalho camponês, da territorialização camponesa, a despeito de estar próximo de duas grandes vias de circulação - rodovias Anhanguera e Bandeirantes - e de dois enormes centros urbanos - São Paulo e Campinas.

As famílias camponesas que vieram para o bairro e seus descendentes têm conseguido, com um nível razoável de conforto (têm um tipo de consumo almejado na cidade), reproduzirem-se enquanto camponeses: a territorialização camponesa continua a ser reproduzida por eles, o que cria uma unidade territorial peculiar, diferente das unidades territoriais determinadas pelas relações capitalistas, contrariando as expectativas com relação à reforma agrária.

Dessa maneira, o Bairro Reforma Agrária pode ser entendido como a expressão de que o campesinato não é devorado pelo capitalismo, não desaparece com ele; ao invés disso, é também por ele possibilitado, o que significa dizer que a reforma agrária, bandeira dos movimentos sociais no campo, faz parte da realidade concreta, há muitos anos, e ainda que encravada em um mundo tão “desenvolvido”.

Tudo isso revela a importância econômica, social e política do Bairro estudado enquanto concretização da reforma agrária. Do ponto de vista econômico é indiscutível a alta produtividade dessas terras após terem sido cultivadas pelas famílias camponesas que para lá foram, é contrastante o uso desses solos e a quantidade de pessoas que habitam esses sítios, se comparados com o solo e com a ocupação das

fazendas do entorno que não passaram pelo mesmo processo, bem como com boa parte do restante do meio rural paulista.

Assim, torna-se irrepreensível o argumento da viabilidade econômica da reforma agrária, que, além de ser válida por proporcionar uma vida digna para aqueles que têm então acesso à terra, questão que por si só já justificaria a realização da reforma agrária de maneira ampla, possibilita ainda um incremento da economia, tendo em vista o consumo a que essas famílias passam a ter acesso.

Do ponto de vista social, o advento do Bairro Reforma Agrária significou a possibilidade dessas famílias camponesas terem se reproduzido em terras próprias (o que provavelmente, de outra forma, não teria sido possível) e constituído assim uma fração camponesa do território que é a expressão da justiça social.

Assim, pode o Bairro Reforma Agrária ser utilizado como um exemplo, entre outros (mas com a peculiaridade de ter 40 anos), de que a reforma agrária não só é exeqüível como necessária.

Assim, essa experiência adquire uma importância também, e, sobretudo, política porque vem concretamente desmascarar a idéia da ineficiência da reforma agrária.

Em um país que conta com 32 milhões de miseráveis, deixar de realizar a reforma agrária de maneira efetiva e ampla é uma opção pela reprodução da fome e da miséria, é uma opção por não tornar a terra uma ferramenta da justiça social, é optar por não tocar, ainda que minimamente, na estrutura social, é reproduzir de forma aberta e deliberada a desigualdade que perdura no Brasil há 500 anos.

Bibliografia:

- ABRA. Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistérios. *Reforma Agrária*, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 15, n. 2, p. 61-68, mai./jul. 1985.
- ASSOCIAÇÃO RURAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Revisão Agrária: manifestação da Associação Rural de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1960. 12p. (Mimeogr.).
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B., D'AQUINO, T. "Assentamentos rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente". *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1990. p. 253-80.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. "Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais". *Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Campinas)*, v. 22, n.3, p.36-45, set-dez /1992.
- BICUDO, H. "Coragem de um nacionalismo equilibrado". In: MARCUCCI, R. *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica, s.d., p.147-9.
- BOMBARDI, L.M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Bairro Reforma Agrária: análise de uma experiência*. Trabalho de Graduação Individual, São Paulo, 1995. (Trabalho apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de SP, para obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- _____. "De assentamento a Bairro Reforma Agrária: a construção/reprodução da territorialização camponesa". In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14, 1998. *Comunicações*. Presidente Prudente. 1998, v.I, p.192-4.
- BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- _____. *A Partilha da Vida*. São Paulo: Cabral/GEIC Editora, 1995.
- CALABI, D., INDOVINA, F. "Sobre o uso capitalista do território". In: *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, Veneza, anno IV, n.2, 1973. Tradução: Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. 17p. (Mimeogr.).
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. "Camponês". In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG/USP. n.8, p.102-4. 1990.
- _____. *Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.
- D'AQUINO, T. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão*. In: ENCONTRO DA ANPOCS, XX, 1996. Caxambu. 35p. (Mimeogr.).
- DOM MAYER, A. C. et al. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1960.
- FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- FERNANDES, L. L. *O Bairro Rural dos Pires*. São Paulo: IG - Teses e Monografias, 1971.

- IOKOI, Z.M.G. "Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST". *Revista Brasileira de História*. São Paulo:ANPUH/Marco Zero/Fapesp/CNPQ. n.22, p.49-70. Março-agosto, 1991.
- JONES, A. S., *A Questão Agrária como pretexto da conspiração de 1964*. São Paulo, s.d. 15p. (Mimeogr.).
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KAYSER, B. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Seleção de Textos*. n.11. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, agosto de 1985, p. 25-43.
- LACOSTE, Y. Le passé des territoires. *Herodote (Paris)*, n. 74, 3º trimestre, p.3-5. 1984.
- _____. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos." In: *Seleção de Textos*. n.11. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, agosto de 1985.
- LANG, A.B.S.G. *Carvalho Pinto: Trajetória e Projeto Político*. São Paulo, 1991. 161p. (Mimeogr.).
- LUXEMBURG, R. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MARCUCCI, R. *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica, s.d.
- MARTINS, J. S. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- _____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- _____. *O Poder do Atraso*. São Paulo : HUCITEC, 1994.
- _____. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, K. *O Capital*. Livro III, cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação Primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- MÜLLER, N. L. *Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1946. Tese (Doutorado em Geografia Humana) apresentada à Cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NOGUEIRA, J.B.C. "Jogando fora o atraso, a agricultura moderniza-se". In: MARCUCCI, R., *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica. s.d., p.160-8.
- OLIVEIRA, A. U. "Agricultura e Indústria no Brasil". In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, AGB, São Paulo, 1981.
- _____. "O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº66, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988a .
- _____. "Espaço e Tempo, compreensão materialista dialética". In: Milton Santos (Org.), *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1988b. p.66-110.
- _____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Princípios).
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991a.
- _____. "Agricultura Brasileira: Transformações Recentes". In: ROSS, J.L.S. (Org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp.1995.
- _____. *Geografia Econômica*. Texto para circulação interna entre os alunos da disciplina Geografia Econômica II. São Paulo, 1996a. (Mimeogr.).
- _____. "Prefácio". In: FERNANDES, B.M. *MST Formação e Territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996b. p.9.
- PAOLIELLO, R. M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em _____. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de*

- Apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP .
- POLANYI, Karl *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- QUEIROZ, M.I.P. “Bairros Rurais Paulistas”. In: *Separata da Revista do Museu Paulista*. Nova série. XVII . São Paulo, 1967.
- _____. de *O Campesinato brasileiro*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- _____. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RAPCHAN, E.S. *De identidades e Pessoas: Um Estudo de Caso Sobre os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RECLUS, É. “A natureza da geografia”. In: ANDRADE, M. C. de (Org.); Fernandes, F. (Coord.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática., 1985. (Geografia)
- SADER, M.R. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SADER, M.R., PACHECO, R. *Modernidade, Tradição e Ruptura - Algumas Reflexões Sobre Aspectos da Paisagem Rural Brasileira*. São Paulo. s.d., 9p. (Mimeogr.).
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec. 1990.
- _____. “Globalização e Reforma Agrária”. *AGB Informa* (São Paulo). n. 59, 4º trimestre /1995.
- SÃO PAULO (ESTADO). *Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto 1959-1963*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1959.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. *Revisão Agrária: Projeto de Lei nº 154/60*, São Paulo, 1960.
- SÃO PAULO (ESTADO). Lei n.5944, 30 de dezembro de 1960. Revisão Agrária de São Paulo. Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p.168-79, 1960.
- SÃO PAULO (ESTADO). *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1960 - 1º Ano de Governo - Carvalho Pinto*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1960.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. Assessoria da Revisão Agrária. *Relatório de Análise e Divulgação da Fazenda Capivari*. Consultora Mayo S.C., São Paulo, 1970.
- _____. *Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena*. Impresso nas oficinas da Diretoria de Publicidade Agrícola, do Departamento de Imigração e Colonização e do Instituto Agrônômico de Campinas, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1961.
- SÃO PAULO (ESTADO). *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1962 - 3º Ano de Governo - Carvalho Pinto*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1962.
- SHANIN, T. “El campesinado como factor político”. In: _____. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. “A Definição de camponês: conceituações e desconceituações”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980. p.43-80.
- _____. *La clase incomoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

- _____. *Chayanov e a questão do campesinato*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.
- SIMONETTI, M. C. L. *A Longa caminhada: A (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- STÉDILE, J.P. - "A Questão Agrária e o Socialismo". In: _____. (Coord.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 1994.
- TARELHO, L. C. - *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TAVARES dos SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.
- _____. "Camponeses e trajetórias migratórias: Do Sul para a Amazônia Ocidental". In: *Anuário Antropológico*, n.91, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.73.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Crítica, 1979.
- _____. *A formação da Classe Operária na Inglaterra*. Tomo I, parte 5 – Plantando a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- _____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, P. *A Voz Do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOLENTINO, C. A. F. *Revisão Agrária Paulista: a proposta de modernização do campo do Governo Carvalho Pinto – 1960*. Itaguaí, 1990, Dissertação de Mestrado, CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- VALVERDE, O. "Metodologia da Geografia Agrária". In: *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro : INEP/MEC .1964. p. 11-37.
- WOLF, E. R. *Guerras Camponesas no Século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984. (Temas).
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Edunb, 1995.
- WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: Editora UNB, 1997.
- ZIBORDI, M. S. *Sistema de administração rural de um grupo de pequenas unidades produtivas: uma aplicação à fruticultura*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp.